

## EDITORIAL

# EDUCAÇÃO SOCIAL: DIÁLOGOS ENTRE A FORMAÇÃO E A PROFISSIONALIDADE

**Lia Pappámikail**

Instituto Politécnico de Santarém, OPJ-ULisboa e CICS.NOVA  
lia.pappamikail@ese.ipsantarem.pt | ORCID 0000-0003-1306-1059

**Luísa Delgado**

Instituto Politécnico de Santarém e CIES, ISCTE-IUL  
luisa.delgado@ese.ipsantarem.pt | ORCID 0000-0001-9065-1218

O número temático Educação Social: diálogos entre a formação e a profissionalidade surge num momento de encruzilhada do processo de institucionalização e consolidação da Educação Social em Portugal, tal como noutros contextos europeus. Não sendo um campo profissional novo é, quando comparado com outras profissões que habitam o campo do trabalho social, ainda recente (Campos & Delgado, 2018). Sendo firmes algumas das suas bases disciplinares e os seus compromissos programáticos, a Educação Social permanece atravessada por uma pluralidade de saberes e orientações metodológicas que tornam as suas fronteiras permeáveis e difusas – o que constitui, na nossa perspetiva, tanto um desafio como uma oportunidade. Implicada na reposta social e educativa aos problemas e desafios colocados pelas sociedades contemporâneas, transforma-se e é transformada pelos contextos, conjunturas e estruturas. É, portanto, um campo em permanente (re) configuração, aquele que, no momento atual, se propõe olhar para o futuro e identificar dialogicamente prioridades e caminhos.

Este número surge, pois, da necessidade de colocar em diálogo o campo da formação e o da profissionalidade, perscrutando pontes e vazios, desafios e oportunidades, conquistas e fracassos. Reúne um conjunto de contributos, de pendor mais teórico-reflexivo uns, de caráter mais empírico, outros, de autores com um percurso profissional ligado à formação superior de educadores sociais (sejam eles próprios educadores sociais ou não) e/ou ao movimento associativo. Conta ainda com o contributo de uma educadora social em



exercício. Trata-se de um diálogo que atravessa fronteiras, contando este número com dois textos de autores espanhóis.

Uma leitura global dos artigos sugere algumas notas de caráter transversal, que partilhamos.

Sobressai, em primeiro lugar, o diálogo que, sem qualquer orientação prévia, os autores estabelecem entre si nos vários artigos. Um diálogo que revisita, a várias vozes e com várias narrativas, o processo de institucionalização da Educação Social no espaço ibérico, sempre enquadrado pela realidade mais vasta, a europeia. Interpela-nos a olhar a Educação Social enquanto área de formação e de profissionalização que se consubstancia num processo de permanente co-construção (entre a formação e a prática) e com um desenvolvimento a vários ritmos, conforme os contextos e perspetivas (Gonçalves, 2008). Convergem, porém, na ideia de institucionalização, mais ou menos consolidada, e enquanto área de conhecimento e praxis interventiva (Campos & Delgado, 2018). Nesta linha, constata-se que a leitura do processo de institucionalização do campo profissional da educação social, não se dissocia, por um lado, das dinâmicas formativas e interventivas e, por outro, das dinâmicas sociais, à semelhança do que acontece, consideramos, noutros campos profissionais do social que surgem de, ou se adaptam a, novas formas de operacionalizar o Estado Providência, especialmente através de políticas de proximidade, crescentemente territorializadas (Alves, 2011; Breviglieri, 2005; Pattaroni, 2007; Vieira, Ferreira, & Pappámikail, 2019).

A necessidade de continuar a debater a questão da institucionalização de um campo profissional derivará, estamos convictas, dessa ideia de processo ininterrupto e permeável às múltiplas dimensões que o intercetam, em especial num diálogo, nem sempre síncrono, entre a formação e a prática. Importa, pois, refletir sobre o património já edificado, mas não imutável ou canónico, nas suas configurações atuais, sim, mas também contemplando um espectro de possibilidades (futuras), em que simultaneamente se incorporem novas visões, e se responda aos desafios e interpelações colocados pela mudança social e educativa. De formas diversas e com diferentes visões, os artigos reunidos neste número espelham, justamente, essa pluralidade de proposições.

Em segundo lugar, verificamos que o processo de institucionalização da Educação Social enquanto campo formativo e profissional é acompanhado pela reflexão e discussão



acerca dos âmbitos e perfis profissionais dos educadores sociais. Ambos os conceitos (de âmbito e de perfil) remetem, a nosso ver, para uma abordagem polissêmica e mutável, relacionada com a pluralidade de perspectivas sobre o que constitui um e outro, bem como com as “histórias dentro da história comum” de surgimento, afirmação e desenvolvimento da Educação Social. Para essa abordagem têm concorrido, de forma não independente do contexto e do momento histórico em que nos situamos, os vários entendimentos sobre a própria natureza, desígnios, atores e metodologias da intervenção social e educativa, próprios da Educação Social e distintivos deste perfil profissional.

Este debate tem incorporado (e tem-se retroalimentado de) múltiplas dimensões e variáveis de caráter estrutural, conjuntural e contextual - indissociáveis das dinâmicas socioeconômicas e políticas mais vastas, ou circunscritas a um momento histórico, a um território, problemática ou público. Sobressai da leitura dos textos a forte interdependência da Educação Social com as dinâmicas estruturais e contextuais (com particular destaque para processos de mudança social, econômica, tecnológica e cultural a par das crises e seus efeitos), que se intercetam em vários tempos e escalas. Sublinhamos, porém, que tais dinâmicas, ultrapassam o campo da intervenção social e educativa, estando aliás na gênese e crescimento da globalidade das profissões do social (e não exclusivamente da Educação Social), chamadas, na qualidade de especialistas, a reparar ‘vulnerabilidades’ múltiplas e complexas, e têm influenciado marcadamente o seu desenvolvimento e consolidação (Campos & Delgado, 2018; Vieira & Dionísio, 2012; Vieira et al., 2019). Tal justificará, porventura, a necessidade de se reforçar, ainda, uma narrativa afirmativa e legitimadora, pois a Educação Social habita um campo onde, além da cooperação interdisciplinar – eixo estruturante da formação e da profissionalidade, se regista, ainda assim, concorrência, desde logo ao nível do Mercado de Trabalho. Nos processos de construção identitária, isto traduzir-se-á num movimento contínuo entre uma estratégia de demarcação exclusivista e uma de polivalência partilhada de saberes e competências com outros perfis profissionais.

Uma terceira nota prende-se com a pluralidade de agentes que alimentam e protagonizam esta discussão, o que contribui para a sua riqueza, mas também para a sua complexidade: os cientistas sociais e do comportamento, que produzem conhecimento sobre os próprios fenómenos sociais, informando políticas e as várias modalidades da praxis interventiva, mas também produzindo conhecimento sobre as próprias profissões



(Vieira & Dionísio, 2012); os formadores de educadores sociais, que trabalham e incorporam as “demandas” de um contexto organizacional específico – o ensino superior (no caso português maioritariamente do subsistema politécnico) e que, na sua maioria, não são educadores sociais, mas que pensam e informam a profissionalidade (Azevedo & Correia, 2013; Delgado & Campos, 2017; P. Delgado, Correia, Martins, & Azevedo, 2014; Silva, Teixeira, Pappámikail, Delgado, & Tagarro, 2015; Teixeira, 2014); e os próprios educadores sociais, em número claramente crescente nos territórios de intervenção e já com alguma presença nos colégios formativos. Acresce, ainda, o olhar corporativo, necessariamente político, desenvolvido no âmbito do associativismo profissional.

Retomamos, para uma nota final, os conceitos de âmbito e de perfil. A noção de pluralidade de âmbitos e de perfis é omnipresente, de forma mais ou menos explícita, em praticamente todos os artigos, tal como o é nos discursos sobre Educação Social (Azevedo & Correia, 2013; P. Delgado et al., 2014). Concordamos que esta pluralidade é simultaneamente (co) produtora e (co) produzida pelo desenvolvimento e alargamento dos territórios de intervenção e inserção profissional dos educadores sociais, e é alimentada pelo crescimento de ofertas formativas de 1.º ciclo em particular, mas também de 2.º, e de diplomados (na sua maioria diplomadas, aliás, o que mereceria, por si só, uma reflexão mais aprofundada do que aquela que aqui nos propomos fazer). A conquista de um mercado de trabalho por parte dos educadores sociais não se fez/faz, porém, sem paradoxos e obstáculos. Parece-nos importante sublinhar, com efeito, a existência de ecos frequentes de algum desajuste entre o lugar a que o diploma habilita e o lugar efetivamente ocupado nas organizações (sociais) de exercício profissional, evidenciando, também no caso dos educadores sociais, os efeitos de alguma desvalorização de diplomas do ensino superior que decorre da massificação recente deste nível de ensino (Canário, 2008; Cardoso et al., 2013).

Ainda assim, o crescimento (em número) de educadores/as sociais “no terreno” contribui indelevelmente, por um lado, para a visibilidade pública da Educação Social e para o desenvolvimento de massa crítica, necessária à sua consolidação e legitimação científica, na condição de se aprofundar o diálogo entre a academia, que principalmente forma e investiga, e a profissionalidade, que acima de tudo materializa a intervenção. E traduz-se, por outro, num processo de alargamento dos âmbitos da sua atuação, considerando, nomeadamente, a diversidade de configurações/contextos organizacionais, de fenómenos



sociais e educativos em que intervêm, e ainda de públicos (sujeitos a uma pluralidade taxonómica de categorias e grupos) com quem trabalham. Por fim, emergem e/ou reconfiguram-se perfis profissionais, que nos remetem para os conteúdos funcionais associados aos lugares que ocupam e que podem ir do planeamento, à gestão, passando pela execução, e pelas modalidades e metodologias de intervenção (“o que é feito e como”). Um conhecimento mais aprofundado sobre os Educadores Sociais em Portugal, passará necessariamente, em nossa perspetiva, e em concordância, aliás, com o que é sugerido num dos artigos, por um mapeamento sistematizador daquilo que constitui o exercício da Educação Social que permita esclarecer as muitas questões que também aqui se levantam. Senão, vejamos.

Um primeiro grupo de artigos debruça-se especificamente sobre os macro-processos de institucionalização da Educação Social em Portugal e Espanha, propondo narrativas, nem sempre consensuais, sobre os percursos de (re)configuração e legitimação, sobre a evolução dos âmbitos de intervenção dos seus profissionais e sobre os desafios que se lhe apresentam.

No artigo que abre este número especial, “Atores-chave do processo de construção da identidade profissional dos educadores sociais em Portugal”, Fátima Correia apresenta uma proposta de mapeamento do processo de profissionalização dos Educadores Sociais em Portugal, a partir de uma análise do papel de atores chave nesse processo: Estado, Mercado, Ensino Superior e Profissionais. A autora desenvolve os seus argumentos em torno do facto de que em Portugal o mercado do trabalho social é habitado por uma pluralidade de profissionais, implicados nos seus próprios processos de legitimação social e profissional, com quem os educadores sociais partilham âmbitos de intervenção e funções. Tratando-se de uma profissão de mais recente implantação, os educadores sociais têm sido co-construtores do seu perfil de competências, adaptando-se aos desafios sociais e institucionais e à mutabilidade que caracteriza a sociedade contemporânea. Neste contexto de complexidade plural, a autora identifica e caracteriza as oportunidades, os obstáculos e as dificuldades ao reconhecimento social da profissão, bem como à construção de um sentido de coletivo – ainda frágil –, por meio de uma identidade e cultura profissionais partilhadas.

De seguida, Joan María Senent, num texto intitulado “Investigación sobre los ámbitos de intervención del educador/a social en España”, dá-nos conta de uma pesquisa, ancorada



ao percurso reflexivo do autor enquanto formador de Educadores Sociais, sobre os seus âmbitos de intervenção e respetiva evolução ao longo das últimas décadas. Em diálogo com protagonistas do campo (formativos e profissionais), bem como na revisão de literatura relevante sobre o tema, o autor propõe um novo mapa de âmbitos de intervenção, organizado em quatro blocos, identificando as coordenadas que o enquadram, ao mesmo tempo que dá conta dos processos de ampliação e conquista de territórios de intervenção, em primeiro lugar, e de reconfiguração sucessiva, por outro, resultado do crescente reconhecimento social da profissão e da adaptação a novos contextos e dinâmicas sociais. Não obstante tratar-se de outro contexto geográfico e de haver múltiplas especificidades no percurso de institucionalização da Educação Social em Espanha, são múltiplos os paralelos com a realidade portuguesa, o que faz deste artigo um importante contributo para o diálogo que este número promove.

Por fim, Sílvia Azevedo, no artigo que intitulou "Educação Social: profissão ou ciência? Contributos para uma discussão científica", apoiando-se numa reflexão sobre os sentidos da Educação Social e um percurso, por vezes zigzagante, de consolidação da profissão, lança o mote para o debate sobre os caminhos a trilhar pela Educação Social no futuro, num diálogo permanente entre a formação, a prática e os contextos políticos e sociais mais amplos. De génese pluriparadigmática e pluridisciplinar, poderá a Educação Social, até hoje uma atividade praxiológica que mobiliza saberes científicos diversos, constituir-se como ciência, mediante uma maior ancoragem à investigação? Contribuiria um compromisso com esse desígnio, envolvendo todos os atores do campo e em especial as instituições de ensino superior, para a legitimação científica da Educação Social?

Partindo, mais uma vez, de propostas de narrativa sobre o percurso de institucionalização da Educação Social em Portugal e dos seus sentidos e suportes matriciais, um segundo grupo, de três artigos, incide mais diretamente sobre a formação superior no âmbito da Educação Social. Fá-lo a partir de diferentes pontos de fuga, ancorados à experiência concreta das suas autoras ou partindo da presença/ausência de temáticas específicas na formação. Estes textos contribuem para um retrato, necessariamente incompleto e em traços largos, de alguns dos desafios e oportunidades que se colocam no plano da formação de educadores sociais e/ou no plano da formação em Educação Social, dois planos que, intersetando-se, nem sempre coincidem.



Fernanda Pinheiro, no seu artigo “A Educação Social em Contexto Escolar: Uma Reflexão Sobre a Formação”, questiona a forma como, num tempo em que a Educação Social é mobilizada como um saber profissional cada vez mais presente e solicitado nas escolas, a formação dá ou não resposta, fornecendo formação específica sobre este contexto a futuros profissionais. Com recurso a um estudo qualitativo baseado na análise documental dos planos de estudos das Licenciaturas em Educação Social em Portugal, a autora revela como a omnipresença da educação, inscrita nas áreas científicas de todos os planos de estudos, nos objetivos de aprendizagem e em algumas unidades curriculares de cariz mais abrangente, não se desdobra necessariamente, tomando a intervenção em contexto escolar como referência, em unidades curriculares que, de forma direta ou indireta, preparem os futuros profissionais para a complexidade inerente a um dos âmbitos de intervenção onde são mais requisitados: a escola (atravessada transversalmente, como sabemos, por múltiplas problemáticas). Ao fazê-lo a autora interpela a formação inicial e a forma como responde, através do desenho dos seus planos de estudos, às exigências do mercado e às necessidades dos Educadores Sociais.

No segundo artigo, “Olhares sobre a formação e a profissionalidade em educação social: convicções, apelos e desassossegos de uma experiência formativa”, Leonor Teixeira desenvolve um exercício de reflexão sistematizada sobre as opções tomadas nos planos curricular, pedagógico, investigativo e de supervisão e integração nos contextos profissionais ao longo do percurso da Licenciatura em Educação Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém. Particular destaque é dado ao impacto dessas opções na formação profissionalizante e no potencial transformativo e transformador que esta promove, identificando os estágios como um dos pilares do diálogo entre a formação e a profissionalidade. Argumenta que nos estágios se conjugam e aplicam aprendizagens, saberes obtidos no percurso formativo, sendo este um espaço privilegiado de configuração de identidades profissionais assentes num reportório de competências críticas e reflexivas. A autora conclui, elencando pistas e caminhos de reflexão futura, referindo nomeadamente um conjunto de desafios que colocam a integração da ação-intervenção da Educação Social nas próprias Instituições de Ensino Superior.

Por fim, Maria João Hortas, Catarina Tomás, Joana Campos e Kátia Sá propõem um exercício de sistematização dos principais marcos socio-históricos da implementação da Educação Social em Portugal, que nos conduz à emergência de oferta pós-graduada neste



domínio, abordando em particular o caso do Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa. No texto, intitulado justamente “Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária na ESLEx: percurso, formação e investigação”, as autoras partem de uma análise do curso, das suas propostas curriculares, metodológicas e pedagógicas e do perfil dos estudantes, dando conta da procura crescente de formação em Educação Social por parte de profissionais diversos que buscam nesta formação pós-graduada conhecimento e competências que mobilizam, de forma expressiva, em projetos de intervenção socioeducativa de caráter plural e diversificado.

O contributo das autoras convida, parece-nos, a refletir sobre a formação pós-graduada em Educação Social como produto do maior reconhecimento social da profissão, que se traduz, no aprofundamento de conhecimentos e de saberes especializados que uma formação de 1º ciclo em Educação Social, no quadro de Bolonha, pode não proporcionar, por um lado, ou na procura de um novo repertório de saberes e competências a juntar a uma formação prévia, ou mesmo prática profissional que não a Educação Social, por outro. Estes processos derivam, colocamos a hipótese, de uma diversidade de fatores a que não estão alheias as dinâmicas do próprio ensino superior, assim como da procura de enquadramento e legitimação de determinadas práticas profissionais.

A encerrar este número um último artigo que nos reenvia para o domínio das práticas dos educadores sociais em contextos de emergência social e sanitária, como o é a situação pandémica que atravessamos. Janire Fonseca Peso, Javier Pérez Hoyos e Marta Ruiz-Nareza, trazem-nos, pois, um contributo de enorme atualidade. No texto intitulado “Educar en tiempos del covid-19: vivencias de la educación social con infancia y adolescencia durante el estado de alarma en Bizkaia (España)” os autores, com base num estudo qualitativo realizado durante o primeiro confinamento em Espanha, refletem sobre as dimensões facilitadoras e constrangedoras da ação de educadores sociais que trabalham com crianças e jovens em contextos diferenciados, mas que apresentaram comunalidades, quer nos sentimentos vividos durante aquele período, como nos riscos ocupacionais experienciados. Evidenciam, por fim, de forma clara, a polivalência do perfil de competências destes profissionais apoiado num forte compromisso ético e pedagógico com os seus públicos que permeia e motiva as suas práticas.





Fechado o puzzle editorial, retomamos a ideia inicial de encruzilhada, porque consideramos estar a Educação Social numa etapa crítica do seu processo de institucionalização, onde se fazem balanços e se ensaiam rumos. Uma etapa em que, cremos, se colocam particulares desafios aos vários atores em presença no domínio da intervenção: ao Estado que, em última análise, detém o poder de reconhecer e confirmar a legitimidade dos diversos perfis profissionais, reforçando (ou não) o seu estatuto; às organizações sociais e solidárias, empregadoras, que reconhecendo as virtudes de uma prática interventiva polivalente e inter/transdisciplinar, promovem a constituição de equipas multifacetadas, reconhecem (ou não) o valor da especificidade/ diversidade/ complementaridade das várias profissões do social, sem alimentar hierarquias simbólicas baseadas em pressupostos corporativos; às instituições formadoras a quem caberá cimentar a oferta de percursos de formação, assentes num diálogo entre investigação, formação e profissionalidade; aos próprios profissionais (ou candidatos a...), por fim, para que entendam o aprofundamento desse diálogo como possibilitador de uma identidade profissional ancorada em sólidos pressupostos teóricos, metodológicos e empíricos, mas aberta a processos de reconfiguração.

Por fim, reconhecendo o território da intervenção social como um espaço de atuação de múltiplos atores, atravessado por dilemas e dissensos em vários planos e escalas, considera-se que a assunção desse pluralismo dilemático deve ser perspetivada, antes de mais, como geradora de oportunidades de (co)construção e (re)construção dialógica de um espaço profissional, desafiado constantemente pela mudança social e por «crises» diversas. Na nossa perspetiva, esta será uma condição essencial para a renovação da implicação matricial com os desígnios fundadores da Educação Social: a promoção e garantia dos direitos humanos e a contribuição para o bem-estar em sociedades plurais, mas ainda marcadamente desiguais.

### Referências Bibliográficas

- Alves, J. E. (2011). Sobre a territorialização das políticas sociais. O exemplo do Programa Rede Social. In J. Resende, B. Dionísio, P. J. Caetano, J. E. Alves, & A. Calha (Eds.), *II Encontros de Portalegre: Habitar, Compôr, Ordenar. Artes e (des)fazer o mundo*, Escola Superior de Educação de Portalegre (pp. 1–20). Portalegre.
- Azevedo, S., & Correia, F. (2013). A Educação Social em Portugal: evolução da identidade

- profissional. *RES. Revista de Educación Soical*, (17). Retrieved from <http://www.eduso.net/res>.
- Breviglieri, M. (2005). Bienfaits et méfaits de la proximité dans le travail social. In J. Ion (Ed.), *Le Travail social en débat* (pp. 219–234). Paris: Éditions La Découverte.
- Canário, R. (2008). A escola: das “promessas” às “incertezas.” *Educação Unisinos*, 12(2), 73–81. Retrieved from <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5309>
- Cardoso, J. L., Escária, V., Ferreira, V. S., Mardruga, P., Raimundo, A., & Varanda, M. (2013). *Empregabilidade e Ensino Superior em Portugal*. Lisboa: A3ES.
- Delgado, L., & Campos, J. (2017). Sociologia e formação dos profissionais do trabalho social: reflexão em torno da experiência profissional em instituições do Ensino Superior Politécnico. In *Atas do IX Congresso Português de Sociologia*. Associação Portuguesa de Sociologia. Retrieved from [http://www.aps.pt/ix\\_congresso/actas](http://www.aps.pt/ix_congresso/actas).
- Delgado, P., Correia, F., Martins, T., & Azevedo, S. (2014). A educação social em Portugal: novos desafios para a identidade profissional. *Interfaces Científicas - Educação*, 3(1), 113–124. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2014v3n1p113-124>
- Gonçalves, C. M. (2008). Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento. *Sociologia: Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*, XVII–XVIII, 177–223.
- Pattaroni, L. (2007). Le sujet en l'individu. La promesse d'autonomie du travail social au risque d'une colonisation par le proche. In F. Cantelli & J. L. Genard (Eds.), *Action publique et subjectivité* (pp. 203–218). Paris: LGDJ.
- Vieira, M. M., & Dionísio, B. (2012). Trabalho e o lugar dos profissionais do social em escolas TEIP. In J. T. Lopes (Ed.), *Escolas singulares - estudos locais comparativos*. (pp. 83–98). Porto: Afrontamento.
- Vieira, M. M., Ferreira, T., & Pappámikail, L. (2019). Rede local de parceiros Garantia Jovem: tensões e obstáculos às políticas de proximidade. In A. J. Afonso & J. A. Palhares (Eds.), *Entre a Escola e a Vida. A condição de jovem para além do ofício de aluno* (pp. 135–158). Braga: Fundação Manuel João.